




MONOGRAFIA DO PINHEIRO BRAVO

Preço PVP (IVA incluído):
Público em geral: 24,94 ¤;
Feiras e seminários: 19,95 ¤
Estudantes: 14,96 ¤

Já se encontra à venda nestes 27 locais:

Instituição	Local
Centro PINUS	Porto
Livraria Barata	Instituto Superior Agronomia – Lisboa
Livraria Santos & Pinheiro	Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro – Vila Real
Livraria Escolar Editora	Campo Grande - Lisboa
Livraria da Direcção Geral das Florestas	Lisboa
Livraria Companhia dos Livros	Tomar
Livraria Tecnolívro	Esc. Sup. Agrária de Castelo Branco
Assoc. Prod. Florestais Alvelos e Muradal	Oleiros
Assoc. Florestal Basto	Arco de Baulhe
Assoc. Regional Agricultores Viseu	Viseu
Assoc. Desenv. Serras Aires e Candeeiros	Rio Maior
Fenafloresta	Lisboa
Assoc. Prod. Florestais Beira Interior	Castelo Branco
Assoc. Florestal Cávado	Braga
Assoc. Florestal Entre Douro e Tâmega	Marco Canavezes
Assoc. Prod. Florestais Concelho Alvaizere	Alvaizere
Assoc. Prod. Florestais Vale do Sado	Alcácer do Sal
Assoc. Florestal Baixo Vouga	Albergaria-a-Velha
Assoc. Desenvolvimento Rural de Lafões	Vouzela
Assoc. Agríc. Abrantes, Const., Sardeal e Mação	Rossio ao Sul do Tejo
Assoc. Agríc. Charneca	Chamusca
Assoc. Florestal Ribeira Pena	Cerva - Ribeira de Pena
Assoc. Florestal Vale Douro Norte	Murça
Assoc. Prod. Florestais Figueira Castelo Rodrigo	Figueira Castelo Rodrigo
Assoc. Florestal Grande Porto	Gondomar
Assoc. Florestal Encosta da Serra da Estrela	Gouveia
Assoc. Florestal e Ambiental do Conc. de Chaves	Chaves

exploração florestal

centro  associação para a valorização da floresta de pinho

constituintes
aimmp associação das indústrias de madeira e mobiliário de portugal
dgf direcção geral das florestas
fpfp federação dos produtores florestais de portugal
forestis associação florestal de portugal
portucel tejo
portucel viana
sonae indústria



propriedade
associação para a valorização da
floresta de pinho (centro pinus)

rua do campo alegre, 823 / ibmc
4150-180 porto
tel./fax: 351 22 606 71 56
telem. 93 930 23 12

redacção / colaboração
centro pinus

adaptação gráfica
hansa

impressão
martigraf

tiragem
10.000 exemplares

issn
0874-6109

CENTRO PINUS ELEGEU NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia Geral do Centro PINUS elegeu por unanimidade os novos órgãos sociais para o triénio 2003/2006:

Assembleia Geral:

Presidente – Alberto Castro (Universidade Católica Portuguesa)

Vice Presidente – Forestis

Vice Presidente – Pedro Moura (Aliança Florestal)

Direcção:

Presidente – Fernando Carvalho (Sonae Indústria)

Vogais – Isolete Matos (Portucel Viana), Mário Baptista (Portucel Tejo), António Sousa de Macedo (DGF), João Ferreira da Costa (AIMMP)

Conselho Fiscal:

Presidente – Victor Louro (DGF)

Primeiro vogal – António Nabais (Maiequipa)

Segundo vogal – Velosa, Nadais e Associados

PINHEIRO BRAVO – EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A exploração do pinheiro bravo deve ser abordada num sentido amplo englobando o abate e processamento, a extracção do material lenhoso, a extracção de resina e a colheita de pinhas. Nesta edição trataremos o abate, o processamento (corte de ramos, traçagem e toragem) e a extracção do material lenhoso.

Abate e processamento

Antes do início dos trabalhos, deve ser feito o reconhecimento da área a corte e elaborado um plano operacional do abate e processamento, que tenha em consideração as características da área sujeita a abate, o tipo de arvoredo e volume de material lenhoso a retirar, os métodos de abate e de extracção a utilizar, o equipamento e a mão-de-obra necessários, assim como os impactes ambientais dessa intervenção.

As operações de exploração florestal podem ser realizadas de forma motomanual com recurso à motosserra ou de forma mecanizada.

Os motosserristas e outros operadores envolvidos no abate, processamento e extracção devem estar devidamente treinados, credenciados e cumprir todas as regras de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho florestal. Para reduzir os riscos inerentes à utilização da motosserra, devem usar equipamento de protecção individual, uma motosserra adaptada ao diâmetro das árvores a abater e todo o equipamento e utensílios devem estar em bom estado.

Abate

O abate das árvores deve ser precedido da operação de marcação da área a corte e das árvores a abater. Sempre que possível, o abate deve ser feito ao longo dos trilhos de extracção ou em ângulos oblíquos com os mesmos, pois tem a vantagem da proximidade do trilho facilitar a extracção e poder aumentar a acumulação dos resíduos de exploração junto aos trilhos.

A técnica de abate com a motosserra envolve uma fase de preparação e outra de execução do abate propriamente dito. Na fase de preparação deve: (i) limpar-se a área em redor da árvore a abater e fazer a desramação no máximo até à altura dos ombros, por forma a facilitar o trabalho e a movimentação do operador; (ii) determinar-se a direcção de queda natural e escolher-se a direcção de abate pretendida; (iii) prever-se as zonas de fuga do operador.

O abate propriamente dito, deve realizar-se em duas fases: (i) fazendo um entalhe de direcção ou “bica”, do lado da árvore que coincide com a direcção de queda pretendida; (ii) fazendo o corte de abate, que se destina a “soltar” a árvore para que esta inicie o processo de queda.

Corte de ramos, traçagem e toragem

Estas três operações realizam-se normalmente de forma sequencial, pois o operador inicia o trabalho do corte de ramos da base para a copa, em simultâneo faz a traçagem (marcação feita no tronco) e na viagem de regresso faz a toragem. Estas operações podem ser feitas no local do abate ou no carregadouro. Hoje em dia, o corte de ramos faz-se normalmente com a motosserra e o método a utilizar varia com a espécie, a idade do povoamento, a forma, a quantidade e a grossura dos ramos. Um dos métodos mais utilizados é o método dos seis pontos.

A toragem destina-se a seccionar transversalmente os troncos abatidos através de cortes perpendiculares ao seu eixo e deve ser executada de forma a não deixar prender dentro do corte, a corrente da motosserra. A forma de executar a toragem depende do diâmetro do tronco e das tensões a que este está sujeito.

Rechega e Extracção

A extracção consiste na movimentação do material lenhoso para junto duma via principal, onde ficará empilhado em determinadas áreas designadas por carregadouros. Pode incluir uma fase inicial de rechega, em que o material que se encontra disperso pelo local de abate é deslocado e concentrado junto dos trilhos de extracção. As pilhas de toros devem ser feitas de forma a facilitar a extracção.

Estas operações podem ser executadas com tractores arrastadores (skidders), com tractores transportadores (forwarders) ou com tractores agrícolas adaptados ao trabalho florestal com grua, guincho ou com reboque florestal e grua.

Rechega/extracção com tractores arrastadores

Quando se utilizam guinchos, deve ter-se em consideração todos os cuidados de segurança do seu funcionamento, nomeadamente:

- Enrolar e desenrolar o cabo em linha recta segundo a direcção do eixo principal do tractor, sendo obrigatório, no caso do desenrolar, deixar sempre pelo menos três voltas do cabo sobre o tambor;
- O peso a arrastar pelo guincho deve ser claramente inferior à sua força de tracção e à resistência à ruptura do cabo;
- Todos os operadores devem conhecer muito bem o código de sinais de comunicação e as distâncias de segurança de funcionamento das máquinas devem ser respeitadas.

Extracção com tractores transportadores

No que se refere à extracção com recurso a este tipo de máquinas, importa considerar alguns princípios, nomeadamente:

- Manter as características de segurança da máquina e respeitar as distâncias de segurança de trabalho indicadas pelo fabricante;
- Os toros extraídos devem ter um comprimento o mais uniforme possível e devem ser empilhados perpendicularmente à via de circulação;
- Deve agarrar-se os toros sempre pelo meio, para equilibrar a pilha mantendo-a sempre o mais baixo possível.

Em terrenos inclinados, tanto os tractores arrastadores como os tractores transportadores devem movimentar-se segundo a direcção de maior declive e não lateralmente, sendo que as viragens devem ser feitas nas zonas mais planas.

Empilhamento no carregadouro

Quando se concentra o material lenhoso no carregadouro, devem ter-se alguns cuidados não só para facilitar o trabalho posterior como também por questões de segurança. Assim:

- Não fazer as pilhas por baixo de linhas de alta tensão ou linhas telefónicas, a seguir a uma curva ou nas lombas;
- Posicionar as pilhas segundo um ângulo recto em relação à estrada e em equilíbrio estável não devendo ultrapassar 1 m, no caso da movimentação manual dos troncos, e 2 m nos demais casos.

Após a conclusão do abate, processamento e extracção, devem ser tomadas medidas que minimizem os riscos de erosão do solo que aquelas operações sempre originam.



EXPOFLORESTAL 2003 (Albergaria-a-Velha, 11, 12 e 13 de Abril)

A ExpoFlorestal 2003 é uma organização tripartida da Associação Florestal do Baixo Vouga, a Associação de Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha e da Associação Nacional de Empresas Agrícolas, Florestais e do Ambiente, tendo como objectivos:

- criar um espaço de reunião de todos os agentes da fileira;
- envolver a sociedade nas problemáticas florestais;
- dar visibilidade a um importante sector que nem sempre tem merecido a devida atenção por parte do poder político, comunicação social e sociedade em geral.

Com a presença das principais Entidades Oficiais, Associações de Classe, Indústria, Viveiros, Empresas de Produtos, Equipamentos e Serviços, Empreiteiros Florestais, Escolas/Universidades, Comunicação Social e Sociedade em geral a Expoflorestal 2003 irá ser uma imagem real e fidedigna do grande significado e interesse da Floresta em Portugal.

A 1ª edição em 2002 contou com a presença de mais de 70 expositores – empresas, organizações, entidades oficiais e estabelecimentos de ensino – e cerca de 10.000 visitantes, numa clara demonstração do grande interesse e potencial que representam os sectores e subsectores que formam a fileira florestal Portuguesa. Foi um sinal de esperança para todos aqueles que diariamente trabalham e vivem na floresta.

Temáticas da Expoflorestal 2003:
11 Abril - Dia dedicado à Pedagogia: a Floresta nas Escolas

12 Abril - Dia técnico: a Gestão, Exploração, Prevenção e Protecção Florestal

13 Abril - Dia dedicado à vertente lúdico-cultural

Atractivos:

- o maior espaço de exposição florestal no país;
- presença de agentes ligados aos sub-sectores da produção lenhosa, caça e pesca, apicultura, etc.;
- mostra de produtos e equipamentos florestais, incluindo algumas das últimas inovações;
- vários seminários sobre os temas mais actuais das discussões florestais;
- mostra de viaturas de Bombeiros, do Distrito de Aveiro, de combate a incêndios florestais;
- secção de artesanato à base de produtos da floresta;
- encontro distrital dos 'Clubes da Floresta' – Projecto PROSEPE;
- espaço lúdico de exposição de trabalhos realizados pelas escolas do 1º ciclo EB de Albergaria-a-Velha e pelos Clubes da Floresta do Distrito de Aveiro;
- funcionamento da 'Mini-Fábrica de Papel' da Celpa;
- baptismos de voo em helicóptero e balão;
- pista de obstáculos TT;
- várias demonstrações;
- concursos;
- animação cultural;
- espaços de alimentação e convívio.

Apoio oficial:

C. Municipal de Albergaria-a-Velha

Outros apoios:

- UNIMADEIRAS; FORESTIS (Associação Florestal de Portugal); DGF (Direcção Geral de Florestas); DRABL (Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral); Governo Civil do Distrito de Aveiro; ROTA DA LUZ; SEMA (Associação Empresarial de Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha),

QUEREMOS DUPLICAR A PRODUTIVIDADE DO PINHAL BRAVO EM 20 ANOS

O Centro PINUS, apresentou em 2002 ao Ministério da Economia um ambicioso projecto para duplicar, em 20 anos, a produtividade do pinhal bravo (dos actuais 5,3 m³/hectare/ano para cerca de 11 m³/hectare/ano) e ainda disponibilizar, ao fim de 10 anos, plantas melhoradas em quantidade suficiente para arborizar 15.000 ha/ano.



A floresta é uma das maiores riquezas do país e o seu único recurso natural e renovável, suportando três Fileiras Industriais de inquestionável importância (madeira, papel e cortiça). No entanto, verifica-se a partir dos finais dos anos 70 uma preocupante diminuição da área de Pinheiro Bravo e um decréscimo de qualidade na sua madeira.

O Projecto PINUS 2002 pretende inverter esta tendência e garantir o fornecimento sustentado de matéria-prima lenhosa com a qualidade exigida pelas Indústrias da Fileira do Pinho (serrações, painéis derivados de madeira, mobiliário e papel).

Este projecto foi avaliado nos termos e de acordo com os critérios previstos no sistema de incentivos dos Projectos Mobilizadores (POE) tendo obtido a pontuação final de Bom e sido objecto da situação final de Seleccionado.

No entanto, esta candidatura ainda não está aprovada, situação gravemente penalizadora do sector e que compromete claramente os objectivos a que nos propomos.

O governo terá sido sensível à importância deste projecto e neste momento a candidatura passou à última fase da avaliação técnico-científica tendo havido, a pedido do Centro PINUS, audiências no passado dia 20 de Dezembro de 2002 com a Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia e no dia 09 de Janeiro de 2003 com os Secretários de Estado da Indústria, Comércio e Serviços e do Desenvolvimento Rural.

CENTRO PINUS FAZ PARTE DA CT 145

O Centro PINUS passou a fazer parte, desde Setembro de 2002, da CT 145, a comissão técnica criada para estabelecer a Norma Portuguesa de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável em vigor desde 1 de Fevereiro de 2003.

Os actuais membros da CT 145 são: Direcção Geral das Florestas, Federação dos Produtores Florestais de Portugal, Associação Florestal de Portugal, Aliança Florestal, Associação Portuguesa de Certificação, Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes, Sonae Indústria, Maiequipa, Associação das Indústrias Papeleiras, Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, Celbi StoraEnso, Silviconsultores - Estudos e Projectos Florestais, Lda, Associação dos Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr, Instituto da Conservação da Natureza, União da Floresta Mediterrânica, Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente, Centro Tecnológico das Indústrias da Madeira e Mobiliário e, claro, o Centro PINUS.



GERIR A FLORESTA PORTUGUESA

(Paula Salazar, Conselho da Fileira Florestal Portuguesa)

A Norma Portuguesa 4406:2003 "Sistemas de Gestão Florestal Sustentável" (NP "GFS") está em vigor e encontra-se disponível para quem pretenda intervir activamente na floresta. É uma ferramenta de apoio à gestão e de aplicação genérica à propriedade florestal. A norma pode ser adaptada para diversos objectivos de gestão como sejam a produção, protecção ou conservação florestal e, adicionalmente, aplicável à pequena propriedade florestal.

A implementação da norma pretende fundamentalmente assegurar que as opções tomadas no presente não comprometem a capacidade em gerar no futuro, iguais bens, produtos ou serviços, garantindo a sustentabilidade económica, social e ambiental da floresta.

O princípio de aplicação é simples: conhecer para poder gerir e agir usando para o efeito o conhecimento e as técnicas disponíveis. A primeira etapa passa por recolher informação, quer sobre a área florestal, através de processos de medição e observação, quer sobre as actividades praticadas até aquela data, através da criação de um histórico da exploração. Posteriormente, tendo por base a informação e as expectativas e objectivos previamente definidos, o proprietário ou gestor florestal, pode construir um Plano de Gestão Florestal (PGF).

O PGF é o resultado prático da avaliação, das melhores alternativas, ponderada face aos objectivos a atingir e aos valores económicos, sociais e ambientais a preservar. A escolha da melhor opção permite, seguidamente, adoptar um modelo de silvicultura, estabelecer um horizonte temporal e, considerado um conjunto de regras de boas práticas, planejar e descrever as actividades do PGF. Outra vantagem deste processo é a possibilidade de prever, por estimativa, o volume do investimento e o rendimento para cada intervenção planeada no PGF.

Adicionalmente o controlo periódico permite a revisão do plano e a definição de novas metas e objectivos, traçados, sempre, numa perspectiva de melhoria contínua.

Embora esta Norma seja de fácil interpretação, pois remete para anexo as orientações para a sua aplicação, é recomendável recorrer ao apoio de técnicos florestais com competências que permitam o aconselhamento e apoio na sua implementação facilitando a tomada de decisão e a viabilidade técnica do PGF.

As organizações de produtores florestais têm participado e acompanhado este processo através dos seus técnicos e, estão também elas, numa fase de adaptação e aprendizagem no sentido de virem a intervir, num futuro breve, de forma eficaz e eficiente na gestão florestal. Algumas destas organizações já iniciaram acções nesse

sentido, com projectos pioneiros em gestão florestal sustentável.

Outra vantagem em recorrer a uma organização de produtores florestais é o facto de poder integrar a propriedade numa área de gestão agrupada e retirar daí os benefícios que advêm das economias de escala não só na fase de exploração mas também nas fases de comercialização dos produtos e serviços provenientes da floresta.

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

Na génese da Certificação Florestal estiveram associadas preocupações com a desflorestação dos trópicos, com a ameaça de extinção das florestas nativas e seus ecossistemas.

Trata-se, obviamente, dum tema muito sensível à opinião pública daí que a Certificação Florestal se tenha rapidamente imposto e destacado em muitos países europeus como uma fórmula de responsabilidade que aproximava a produção (produto) do consumo (cliente).

Em Portugal, o Sector Florestal, criou o CFFP, Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, representado pelas suas organizações mais relevantes:

- AFLOPS, Ass. dos Produtores Florestais de Setúbal
- AIEC, Ass. Industrial de Exportadores de Cortiça
- AIMMP, Ass. de Madeira e Mobiliário de Portugal
- CELPA, Ass. da Indústria Papeleira
- FPFP, Federação dos Produtores Florestais de Portugal
- Forestis, Ass. Florestal de Portugal

tendo como principal objectivo representar o movimento de Certificação Florestal em Portugal.

O CFFP aderiu ao Processo Pan Europeu de Certificação Florestal (PEFC) pois é o maior sistema internacional de Certificação Florestal e actualmente aquele que mais áreas florestais tem certificadas no Mundo.

É um esquema que faz uso dos sistemas nacionais de certificação florestal e dos sistemas de qualidade, ou seja, usa entidades terceiras nos processos de auditoria e certificação. O quadro de referência adoptado para o reconhecimento dos sistemas assenta nos princípios e orientações decorrentes das conferências ministeriais para a protecção das florestas na Europa e de outros processos semelhantes.

Actualmente o CFFP, entidade responsável nacional pelo PEFC pretende submeter a Norma Portuguesa 4406:2003 e obter assim o reconhecimento mútuo do esquema de certificação português. Com isso, o Sector Florestal poderá beneficiar do uso de uma marca comercial que permitirá colocar no mercado produtos provenientes de florestas geridas sustentavelmente.

PATROCÍNIO

